



Jonas Pereira/Agência Senado



Miriam, Sarney e Jucá, relator do Orçamento, na entrega da proposta em agosto

Congresso terá de atualizar previsões de inflação e PIB para Orçamento 2013

Análise da Consultoria de Orçamento da Câmara indica que a proposta de Lei Orçamentária de 2013, encaminhada pelo gover-

no, subestima a inflação e superestima o crescimento para este ano e o próximo. Dados criam dificuldade extra no exame do texto. **3**

Governo tenta aprovação de R\$ 7,2 bilhões extras para ministérios **3**

Projeto suspende repasse a município que atrasar salário de servidor **3**

Votações serão retomadas nesta terça com a MP do Código Florestal

Esforço concentrado no Senado recomeça pela análise do projeto que, aprovado pela Câmara na semana passada, traz alterações que desagradam o governo



Ciudadão Monteiro Uchida

Redução na faixa de mata exigida nas margens de rios foi uma das mudanças incluídas na MP pela comissão mista

O Plenário do Senado abre amanhã, com a análise da MP do Código Florestal, mais uma semana de esforço concentrado antes das eleições municipais. Depois de acordo na comissão mista que analisou a matéria, a proposta

foi aprovada pela Câmara dos Deputados na quarta-feira, mas ainda traz incertezas diante da posição do governo, que argumenta não ter participado das negociações e não concorda com mudanças sugeridas pela bancada ruralista. **2**

Líderes se reúnem amanhã para definir pauta de votação **2**

Começa em outubro o exame da MP da Logística

A instalação de comissão mista para fazer o exame prévio da medida provisória que criou a Empresa de Planejamento em Logística (EPL) — estatal responsável pela infraestrutura em transportes — deve ocorrer em esforço concen-

trado depois do primeiro turno das eleições municipais, no início de outubro. A instalação não foi possível na semana passada por falta de apenas um parlamentar para dar quórum à reunião. A MP 576/12 recebeu 62 emendas. **4**

Trem na fábrica, em Hortolândia (SP): continuidade da estatal responsável pela logística em infraestrutura de transportes ainda depende de aprovação do Congresso



Ricardo Guimarães/Diário do CPTM

Primeiro item da pauta do Plenário amanhã é texto de MP que foi modificado pelo Senado e gera expectativa pela reação da presidente Dilma, que nega ter feito acordo

Código Florestal abre novo esforço concentrado

A MEDIDA PROVISÓRIA do Código Florestal é o primeiro item da pauta do Plenário, que amanhã inicia novo esforço concentrado. O objetivo é possibilitar que o projeto seja votado dentro do prazo, que se encerra em 8 de outubro.

O Senado modificou o texto original da medida (MP 571/12), conforme acordo firmado na comissão mista que fez análise prévia da matéria, e o projeto foi aprovado sem mudança pela Câmara dos Deputados no dia 19.

Como o texto recebeu apoio unânime dos senadores que integram a comissão mista, a previsão é de que seja aprovado em Plenário sem dificuldade. A dúvida, no entanto, é quanto à reação do Executivo às mudanças feitas na MP. A presidente Dilma Rousseff negou participação do governo no acordo, não assumindo, portanto, compromisso em acatar o que foi aprovado no Congresso.

Caso a presidente decida

pela sanção do texto, estará concluído o processo de construção do novo Código Florestal (Lei 12.651/12). Em caso de veto, as partes rejeitadas poderão estar cobertas por lei em vigor ou exigir regulamentação por decreto, por projeto de lei enviado pelo Executivo em regime de urgência ou mesmo pela edição de nova medida provisória.

Áreas protegidas

A principal discordância do governo é sobre a mudança feita na chamada regra da escadinha, que beneficia pequenas propriedades com menor exigência de recomposição de área de preservação permanente (APP). No texto original, estavam previstos benefícios escalonados para propriedades de até 10 módulos fiscais, mas, no acordo firmado na comissão mista, foram ampliados para áreas de até 15 módulos fiscais, que são as médias propriedades.

Além disso, foi reduzida de 20 metros para 15 metros a largura da faixa mínima de mata exigida nas margens de rios, para médios produtores. E para os grandes produtores, a exigência mínima de recomposição de mata ciliar caiu de 30 metros para 20 metros.

No PLV 21/12, foi mantida, para as propriedades maiores, a recomposição máxima de 100 metros de mata. No entanto, foi aprovada norma que delega aos programas de regularização ambiental, a serem implantados pelos governos estaduais, a definição sobre qual será a obrigação de recomposição de cada produtor, dentro do mínimo e máximo fixados.

Como era maioria na comissão mista, a bancada ruralista aprovou, além das mudanças na escadinha, outras emendas que alteraram a medida provisória. Veja no quadro ao lado os principais aspectos modificados.

O que mudou na MP 571/12

	MP 571/12	PLV 21/12
Definição de APP nas margens de rios	▶ Mantém texto da nova lei: "Faixas marginais de qualquer curso d'água natural,..."	▶ "Faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros,..."
Somatório APP e reserva legal	▶ Permite computar APP no cálculo da reserva legal se esse benefício não implicar novos desmatamentos para a implantação de atividade rural	▶ Permite computar APP mesmo com novos desmatamentos, se a soma de APP e vegetação nativa for maior que 80% em áreas de floresta da Amazônia Legal e maior que 50% nas demais regiões
Recomposição de APP em margem de rio	▶ Mínimo de 20 metros de mata para rios com até 10 metros de largura em imóveis entre 4 e 10 módulos fiscais ▶ Mínimo de 30 e máximo de 100 metros de mata em rios de qualquer tamanho e propriedades com mais de 15 módulos, correspondente à metade da largura do rio ▶ Não prevê plantio de árvores frutíferas ▶ Exige recomposição para propriedades até 4 módulos fiscais: APP não pode passar de 10% de imóvel até 2 módulos e 20% para de 2 a 4 módulos	▶ Mínimo de 15 metros de mata para rios com até 10 metros de largura em imóveis entre 4 e 15 módulos fiscais ▶ Mínimo de 20 e máximo de 100 metros de mata em rios de qualquer tamanho e propriedades com mais de 15 módulos fiscais, conforme determinação do PRA ▶ Permite plantio de árvores frutíferas ▶ Estende limite para exigência a áreas até 10 módulos: 25% da área de imóveis de 4 a 10 módulos, excetuados os de floresta na Amazônia Legal



Governo discorda de mudança que reduz de 20 para 15 metros a distância mínima de construções em margens de rios

Líderes definem amanhã votações da semana

Os líderes partidários definem amanhã quais projetos podem ser votados nas duas sessões plenárias desta semana. Se houver acordo, o Projeto de Lei da Câmara 35/12, sobre crimes cibernéticos, será votado quarta-feira.

Também amanhã haverá sabatina de Teori Zavascki, indicado para substituir Cezar Peluso no Supremo Tribunal Federal. Aprovado na CCJ, o nome de Zavascki será

encaminhado de pronto ao Plenário, onde deve ser votado quarta-feira. Peluso se aposentou no início do mês.

Também estão prontas para votação as propostas de emenda à Constituição (PEC) 63/11 (PEC dos Precatórios) e 65/11, que trata do Tribunal Regional Federal de Minas Gerais. A primeira PEC amplia até 31 de dezembro de 2012 o prazo para estados, Distrito Federal e municípios aderirem ao

regime especial de pagamento de precatórios. O prazo para adesão terminou em 10 de março de 2010 e o governo tem interesse em prorrogá-lo. A outra PEC autoriza a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Minas Gerais. Aprovada em primeiro turno em agosto, está na segunda sessão de discussão em segundo turno, à espera apenas do acordo de lideranças para ser aprovada.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA
TERÇA

PLENÁRIO: Discursos

14h Sessão não deliberativa, reservada a discursos dos senadores

CMO: Orçamento

10h, 12h e 18h Reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para votar duas medidas provisórias (MPs) que abrem crédito extraordinário no Orçamento.

CCJ: Teori Zavascki

14h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sabatina o magistrado Teori Zavascki, indicado pela Presidência da República para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em substituição a Cezar Peluso, que se aposentou no início do mês.

PLENÁRIO: Deliberações

14h Sessão deliberativa. Na pauta de votação, está a Medida Provisória do Código Florestal (MP 571/12).

CURSO: Novos servidores

14h Abertura do 4º Curso Básico de Integração, para novos servidores. Iniciativa é da Secretaria de Recursos Humanos.

COMISSÃO MISTA/MP: PAC

14h Instalação da comissão mista que examinará a MP 580/12, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos para a execução de ações do PAC por estados e municípios.

SEMINÁRIO: Museus

14h30 Tem início o seminário A Função Social dos Museus, promovido pela Diretoria-Geral do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Anibal Diniz

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Pinheiro: servidores municipais têm passado fim de ano sem 13º

Projeto tira verba de prefeito que atrasa salário de servidores

Garantir a estabilidade salarial de servidores públicos municipais é o objetivo de projeto de lei apresentado por Walter Pinheiro (PT-BA).

A proposta (PLS 120/11), que aguarda indicação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), impede repasses de verbas federais a municípios que atrasarem os salários de seus servidores.

Pelo texto, a restrição dos repasses abrange recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo Pinheiro, muitos prefeitos deixam de pagar regularmente os salários, em especial o 13º salário, para priorizar outras despesas.

— Milhares de servidores públicos municipais têm passado os últimos finais de ano sem contar com o 13º salário. Muitos deles nem sequer têm recebido regularmente os salários mensais — afirma o senador.

Estudo

Um levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), divulgado no início do mês, mostra que 11,1% dos municípios estão com os salários do funcionalismo público local atrasados em 40 dias. Foram pesquisados 4.773 municípios (85,8% do total).

O projeto de Pinheiro também será examinado pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa (se for aprovado lá, não precisará passar pelo Plenário do Senado).

Orçamento chega ao Congresso com expectativa desatualizada de inflação

Proposta, que chegou ao Congresso em 30 de agosto, também está defasada em relação ao PIB, pois estima 3% de crescimento este ano, mas ministro da Fazenda fala em 2% e mercado prevê 1,7%.

O CONGRESSO TERÁ de fazer um esforço maior na análise da proposta da Lei Orçamentária de 2013, porque ela já chegou desatualizada à Casa. Avaliação preliminar de integrantes da Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados mostra que o projeto entregue ao Legislativo em 30 de agosto subestima a inflação e superestima o crescimento real deste ano e do próximo.

A previsão contida na mensagem que acompanha o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN 24/12) é de crescimento do PIB de 3% em 2012 e de 4,5% em 2013. Em 13 de setembro, porém, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu taxa de 2% este ano, mas a expectativa do mercado é de menos de 1,7%.

Uma superestimativa

eventual de receitas pode criar dificuldades adicionais no exame da proposta pelos parlamentares. O estudo preliminar dos consultores Flávio Leitão Tavares, José Fernando Cosentino Tavares e Márcia Rodrigues Moura indica que “a generosidade das estimativas do projeto de lei, no conjunto e em cada item de receita, pode representar constrangimento a iniciativas de identificar novas fontes de recursos”.

Reestimativa

A reestimativa de receita para cima é tradicionalmente um mecanismo de que se vale o relator-geral do Orçamento para atender às diversas demandas dos parlamentares no exame da proposta. O relator-geral do PLN 24/12 é o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Um sintoma de que a receita está superestimada foi revelado por outra fonte: a quarta avaliação bimestral de receitas e despesas primárias, divulgada pelo Poder Executivo.

Em relação às receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (exceto Regime Geral de Previdência Social), a projeção até o fim do exercício aponta para redução de R\$ 11,7 bilhões. Houve queda de 1,7% na comparação com a terceira avaliação bimestral de 2012.



Romero Jucá é relator-geral do projeto da Lei Orçamentária de 2013

Parâmetros econômicos

	LOA 2012	LOA 2012 reprogramada	Avaliação 3º bimestre de 2012	PLOA 2013
PIB (variação)	4,5%	4,5%	3%	4,5%
IPCA (variação anual)*	6%	4,7%	4,7%	4,5%
IGP-DI (variação anual)	6%	4,99%	6,19%	4,9%

*Boletim Focus, publicado pelo Banco Central do Brasil, dá conta de que o mercado espera que a variação anual do IPCA, em 2012, seja de 5,19% e, em 2013, de 5,50%

Fonte: Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado

Relator: previsão de receita do governo é otimista demais

Na terça-feira passada, num encontro com representantes da equipe econômica do governo, o relator da receita do PLN 24/12, deputado Cláudio Puty (PT-PA), manifestou preocupação com o otimismo do Poder Executivo quanto à arrecadação federal em 2013.

Pela proposta, as receitas brutas vão somar 24,7% do produto interno bruto (PIB). O número é o maior dos últimos anos, mes-

mo quando comparado a 2010 (24,4%), ano de PIB recorde.

Para Puty, a proposta de 2013 “é um evento incomum”, já que a tradição do governo é enviar números “mais austeros”, deixando para o Congresso a responsabilidade de encontrar eventuais aumentos de receita, com base em indicadores econômicos mais atualizados.

O deputado encontrou terça-feira com a ministra do Pla-

nejamento, Miriam Belchior, e com os secretários de Orçamento Federal, Célia Corrêa, e do Tesouro Nacional, Arno Augustin.

O deputado disse à Agência Câmara que prefere não comentar os ajustes que vai fazer nos números do governo. Segundo ele, ainda é cedo.

— Não estou propondo aumento ou diminuição de nada. Quero primeiro ouvir. Mas o

desafio nesse cenário é como encaixar as demandas.

O número de emendas relacionadas à receita foi pequeno — duas. No ano passado, haviam sido apresentadas 20 emendas.

A expectativa é que, ante a possível desatualização dos números, o Executivo envie novos parâmetros econômicos à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Comissão tenta votar créditos extraordinários

Após a tentativa frustrada da semana passada, a CMO tenta votar duas medidas provisórias: a MP 573/12, que libera R\$ 6,8 bilhões para a compra de equipamentos por parte do governo, buscando estimular a economia; e a MP 572/12, que destina R\$ 381 milhões para a compra de carros-pipa e outros equipamentos para atender comunidades atingidas por calamidades ou desastres, especialmente no Nordeste, para a execução de obras emergenciais, capacitação técnica de pessoal e outras medidas.

Na semana passada, as reuniões marcadas foram obstruídas pela oposição. Por dois dias consecutivos, o presidente da comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), tentou colocar as medidas provisórias em votação, sem sucesso. Um dos argumentos usados pela oposição é que o governo não cumpriu o acordo que prevê a liberação de emendas parla-



Reunião da Comissão Mista de Orçamento semana passada: votação foi suspensa por falta de quórum para deliberação

mentares, feito para permitir a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em julho.

PAC Equipamentos

Editada em 28 de junho, a MP 573/12 faz parte do Programa PAC Equipamentos e distribui R\$ 6,8 bilhões por nove ministérios: Cidades, Defesa, Desenvolvimento Agrário, Educação, Integração Nacional, Justiça, Saúde, Transportes e Planejamento.

Destino de recursos

MP 573/12	R\$ 6,8 bilhões	compra de equipamentos por parte do governo, visando dar mais um estímulo à economia
MP 572/12	R\$ 381 milhões	compra de carros-pipa e outros equipamentos para o atendimento a comunidades atingidas por calamidades ou desastres, especialmente no Nordeste

Já os R\$ 381 milhões previstos pela MP 572/12, editada em 6 de junho, serão destinados ao Ministério da Defesa.

Também estão na pauta da Comissão de Orçamento 13

projetos de lei que tratam de créditos especiais e suplementares. Paulo Pimenta marcou três reuniões para tentar votar essas matérias amanhã: às 10h, às 12h e às 18h.



Trem de alta velocidade em estação de Lisboa: governo brasileiro quer a construção do primeiro trem-bala do Brasil, que será uma das prioridades da nova estatal

Análise da MP que criou estatal de logística começa em outubro

Instalação da comissão mista encarregada de examinar o texto foi remarcada para depois do primeiro turno das eleições municipais

COM A MISSÃO de organizar e executar planos em infraestrutura de transportes, a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) começou a funcionar por força de medida provisória (MP), e sua continuidade depende de aprovação do Congresso. Mas a instalação da comissão mista de deputados e senadores encarregada do exame da matéria só deve ocorrer depois do primeiro turno das eleições municipais.

O início dos trabalhos não foi possível na semana passada por falta de quórum na reunião entre os integrantes do colegiado. A MP 576/12, que recebeu 62 emendas, será submetida aos Plenários da

Câmara e do Senado depois de passar pela comissão mista.

A EPL surge da transformação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav), criada para administrar a construção do trem-bala entre os municípios do Rio de Janeiro e Campinas (SP).

Agora, o trem passa a fazer parte da carteira de projetos da EPL. O leilão do operador privado do projeto foi marcado para maio de 2013 e o investimento é estimado em R\$ 33,6 bilhões.

Com a EPL, o governo busca um planejamento unificado do setor. Hoje, as atividades estão fragmentadas no Ministério dos Transportes e

nas secretarias de Portos e de Aviação Civil, com suas agências reguladoras.

Diretoria

Entre as emendas apresentadas à MP, duas propõem que diretores da EPL indicados pelo governo passem pela aprovação do Senado antes da nomeação. As propostas são do senador Alvaro Dias (PR) e do deputado Mendes Thame (SP), ambos do PSDB.

O ex-diretor geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo, já foi anunciado como presidente da EPL. Mas seu nome havia sido rejeitado este ano, pelo Senado, para

novo mandato à frente da ANTT. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) acusa Figueiredo de usar o cargo na ANTT para defender interesses de empresas privadas.

O parlamentar anunciou em agosto a decisão de encaminhar uma representação à Procuradoria-Geral da República contra o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, e o Conselho de Administração da EPL.

Para Requião, eles “são corresponsáveis pelas ilegalidades entranhadas na medida provisória que criou a estatal e pela ofensa às atribuições do Senado da República” ao nomear Bernardo Figueiredo.

Texto sobre crimes na Copa está pronto para ser votado

O projeto de lei que trata de crimes e infrações com o objetivo de garantir a segurança da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014 está pronto para ser votado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Entre os crimes tipificados, está o de terrorismo. A relatora, Ana Amélia (PP-RS), propõe a aprovação.



José Cruz/Agência Senado

A Lei Geral da Copa (Lei 12.663/12) prevê tipos penais destinados à proteção de interesses dos organizadores, dos patrocinadores e dos participantes dos eventos, mas não garante os direitos dos consumidores e a integridade física dos participantes e espectadores. Depois da CE, o projeto passará por outras três comissões.

Projeto contra a homofobia aguarda novo relator

O projeto que criminaliza a homofobia, que tinha a senadora licenciada Marta Suplicy como relatora, aguarda desde o dia 18 designação de novo relator na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

No dia 13 deste mês, Marta assumiu o Ministério da Cultura. Seu primeiro suplente, o vereador paulistano Antonio Carlos Rodrigues, do PR, ainda não foi empossado.

O projeto (PLC 122/06) já foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas enfrenta resistências no Senado, sobretudo de parlamentares da bancada evangélica. Em maio, Marta afirmou que há entre os senadores uma “maioria silenciosa” favorável ao projeto, ou pelo menos neutra, que não se posiciona por receio de desagradar os eleitores, e pediu apoio popular.

Cineastas dão sugestões para financiar filmes infantis

Representantes do Fórum de Defesa e Promoção do Cinema Infantil Brasileiro apresentaram na quinta-feira um documento à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) com proposta para a implantação de uma política pública para o audiovisual direcionado às crianças. A sugestão é de que a produção desses filmes receba no mínimo 25% dos recursos

do orçamento dirigido ao setor.

O documento de cineastas, produtores e exibidores é assinado por Zivaldo, Carla Camurati e Xuxa Meneghel, entre outros. A entrega foi feita a Cristovam Buarque (PDT-DF), pela coordenadora do Festival Internacional de Cinema Infantil, Anna Karina de Carvalho. O produtor cultural Nilson Rodrigues disse



Moreira Manz/Agência Senado

que, no país, são produzidos cerca de cem filmes por ano, mas apenas 2% são específicos para o público infantil,

espectadores que representam 35% da bilheteria. O cineasta Sérgio Sanz acrescentou que as crianças precisam de heróis

Suspensão da carteira por recusa de soprar bafômetro

A carteira de habilitação de motorista embriagado poderá ser suspensa como medida cautelar, antes da conclusão de processo administrativo aberto pelas autoridades de trânsito, segundo projeto de Benedito de Lira (PP-AL) que aguarda deliberação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Waldemir Barreto/Agência Senado

O PLS 684/11 permite a suspensão da habilitação de quem se recusar a fazer o teste do bafômetro, em caso de embriaguez evidente.

Hoje, o Código de Trânsito Brasileiro considera embriaguez ao volante e recusa ao teste de alcoolemia como infração gravíssima e impõe multa, mas só permite a suspensão da carteira mediante decisão judicial.

Para Benedito, as penas são muito brandas se comparadas aos prejuízos causados pelo condutor alcoolizado.

— A conta desses condutores irresponsáveis é paga por toda a sociedade. Essa é a única maneira de impedir que usem o veículo como arma ambulante. É preciso ter em mente que o direito de dirigir não é absoluto. O cidadão deve se comprometer a uma série de cláusulas para exercê-lo — explica.

A suspensão cautelar da carteira de habilitação já está sendo solicitada ao Judiciário por algumas autoridades com base no artigo 294 do código.

— Queremos evitar a demora no julgamento do processo que leva à suspensão do direito de dirigir e que os incontáveis recursos coloquem em risco a vida de outros motoristas e pedestres. Temos situações surreais em que a apreensão do documento depende do motorista entregá-lo. Sem falar na facilidade dos condutores embriagados recuperarem a carteira enquanto não há decisão terminativa sobre o caso — disse Benedito.

Na CE, Cristovam recebe representantes do Fórum de Defesa e Promoção do Cinema Infantil Brasileiro

no cinema brasileiro para fortalecer a cidadania.

Cristovam prometeu apresentar um projeto de lei no Senado e trabalhar para convencer o governo a determinar às estatais que garantam recursos para patrocínio das produções infantis.

— Cada criança que vai hoje ao cinema é um adulto que vai ao cinema depois — afirmou.